



# Ministério da Justiça completa 200 anos focado em temas de segurança

15/07/2022

\*Reportagem publicada no *Anuário da Justiça Brasil 2022*, lançado no dia 30 de junho na TV ConJur. A publicação que aqui para ler) e à venda na Livraria ConJur, em sua versão

## DIREÇÃO

MINISTRO

**Anderson Gustavo Torres**

SECRETARIAS

NACIONAL DE JUSTIÇA

**José Vicente Santini**

NACIONAL DO CONSUMIDOR

**Rodrigo Henrique Roca Pires**

NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

**Paulo Gustavo Maiurino**

NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Carlos Renato Machado Paim**

DE GESTÃO E ENSINO EM SEGURANÇA PÚBLICA

**Ana Cristina Melo Santiago**

DE OPERAÇÕES INTEGRADAS

**Alfredo de Souza Lima Coelho Carrijo**

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

**Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça**

Em 2022, o Ministério da Justiça e Segurança Pública comemora o seu

bicentenário mais focado no tema da segurança do que na temática da Justiça. A pasta é a mais antiga do Poder Executivo. Foi fundada em 3 de julho de 1822 por Dom Pedro I, no Império, com o nome de Secretaria de Estado de Negócios da Justiça. Em 2019, já denominado Ministério da Justiça, foi fundido ao antigo Ministério da Segurança Pública, por iniciativa do presidente Jair Bolsonaro.

O ministro Anderson Torres, que chefia a pasta desde abril de 2021, promete um ministério com ações cada vez mais fortes e efetivas com o objetivo de levar Justiça e segurança pública à população. Segundo ele, em 2021 houve uma redução de 7% de mortes violentas no Brasil. Nos últimos três anos, de acordo com o ministro, o governo federal investiu R\$ 2,3 bilhões em segurança pública nos estados.

A pasta tem responsabilidade sobre diversos temas – segurança pública, políticas de Justiça, proteção e defesa do consumidor, povos indígenas, repressão às drogas. Segundo Torres, há um esforço hoje no ministério para obter maior grau de eficiência no gasto público. De acordo com o último Relatório de Gestão da pasta, em 2021 foi obtido o maior percentual de execução orçamentária pelo ministério, na ordem de 99%, contra 97% em 2020 e 90% em 2019.

O ministério tem buscado maior integração com as forças de segurança dos estados. “Cabe enfatizar que as ações integradas são essenciais para o êxito das operações policiais, principalmente pela dimensão territorial do país, que atinge quase 17 mil quilômetros de fronteira seca, implicando enormes desafios no combate ao crime organizado”, diz o ministro.



Valter Campanato/Agência Brasil

Valter Campanato/Abr Ministro Anderson Torres tem prometido ações que sejam efetivas ao levar Justiça e segurança pública à população.

Ao longo de 2021 foram realizadas mais de 15 mil operações policiais integradas ao ministério, com foco no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento. Em 2020, o relatório destaca que o número total de operações chegou a 10.215. A pasta aposta em um modelo de enfrentamento ao tráfico de drogas e de armas, aos crimes contra o patrimônio e às facções e organizações criminosas. Tem como estratégia a descapitalização das organizações por meio de

## MINISTRO DA JUSTIÇA

# Anderson Torres

### NOME

Anderson Gustavo Torres

### NASCIMENTO

Em 1976, em Brasília

### ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO:

Segurança Pública

POSSE: 30/3/2022

### ATIVIDADE PROFISSIONAL

- ▶ Delegado da Polícia Federal
- ▶ Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal (2019-2021)

### ATIVIDADE ACADÊMICA

- ▶ Bacharel em Direito pelo CEUB,

com especialização em Ciência Policial, Investigação Criminal e Inteligência Estratégica pela Escola Superior de Guerra.

### MAGISTÉRIO

- ▶ Professor da Academia de Polícia Civil de Roraima, da Academia da Polícia Militar do Distrito Federal e da Academia Nacional da Polícia Rodoviária Federal

### CONTATO

Interessados em agendar audiência com o ministro devem entrar em

contato por meio dos telefones 2025-7844/ 2199/ 3589 ou enviar e-mail para agenda.ministro@mj.gov.br. A audiência poderá ser presencial ou remota a depender de cada caso e da agenda do ministro.

**Gabinete:** Esplanada dos Ministérios, Palácio da Justiça, Bloco T, Edifício sede, Brasília, DF – CEP 70064-900

[www.gov.br/mj/pt-br](http://www.gov.br/mj/pt-br)

(61) 2025-3088/7339/3735

[chefiadegabinete@mj.gov.br](mailto:chefiadegabinete@mj.gov.br)

*Clique aqui para ampliar a imagem*

apreensão de drogas e de investigações de lavagem de dinheiro; a prisão de lideranças; a integração entre as diversas instituições do poder público; e a cooperação internacional. Em 2021, houve a apreensão no país de mais de 23 mil armas de fogo e de 2.632 toneladas de drogas.

O ministério também investiu em ações voltadas à proteção de crianças, adolescentes, idosos e mulheres vítimas de crimes e de violência. Houve apoio em 378 ações policiais nos estados e foram executadas no país 37 operações

integradas de combate aos crimes de tráfico de drogas, contrabando de cigarros, receptação em crimes na fronteira brasileira, homicídios, porte e posse ilegal de armas de fogo, estelionatos em redes sociais, abuso ou exploração sexual infantil, violência contra a mulher e ao idoso e pirataria digital, entre outros.

O relatório de gestão destaca ainda operações como a Narco Brasil, de combate ao narcotráfico, que resultou na prisão de mais de 12 mil pessoas; Cangalha, de combate ao crime organizado da Região Nordeste, que prendeu mais de 1.500 pessoas, entre as quais chefes de organizações criminosas e responsáveis por ataques a instituições financeiras; Maria da Penha e Vetus II, para prevenir e reprimir crimes contra mulheres e idosos; Égide, que prendeu mais de 3.700 pessoas e apreendeu mais de 80 toneladas de drogas, além de mais de R\$ 1 milhão em espécie, envolvendo o Rio de Janeiro, estados vizinhos e regiões de fronteira; e Shawarma, que desarticulou grupo responsável pela movimentação financeira de mais de R\$ 230 milhões oriundos de crimes. A operação Maria da Penha, junto com a operação Resguardo, resultou no atendimento de 316.298 mil vítimas de violência contra a mulher, 101.707 Medidas Protetivas de Urgência solicitadas e 24.565 presos.

Especialistas em governança pública ouvidos pelo **Anuário da Justiça** avaliam que a ênfase do ministério no tema da segurança pública ocorre em detrimento de questões judiciais e legislativas. Anderson Torres é delegado da Polícia Federal e chefiava a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal quando foi chamado pelo presidente da República para substituir André Mendonça no MJSP.

“O fato de o ministro ser oriundo da carreira policial leva o ministério, na presente gestão, a focar mais na pauta de segurança pública do que na pauta legislativa, o que é natural. Foi escolha do presidente”, afirma Ricardo Prado, mestre em Direito Processual Penal e presidente do Movimento do Ministério Público Democrático.

Prado lembra que a fusão do Ministério da Justiça com o da Segurança Pública representou uma importante mudança na pasta. “Houve uma ampliação das funções de um lado, o setor de segurança, e uma perda de protagonismo de outro, a área jurídica propriamente dita, a elaboração de projetos de lei”, pontua. “Nos últimos anos, temos visto maior iniciativa por parte do Congresso e isso se acentuou durante a epidemia. Antigamente, as mudanças legislativas importantes surgiam no ministério. Essa área hoje está em segundo plano, em parte pelo perfil do ministro. A gestão tem sido discreta, salvo no episódio da censura ao filme de conhecido humorista, mais focada em aspectos operacionais da carreira”, avalia.

Prado faz referência à suspensão de plataformas de *streaming* do filme *Como se Tornar o Pior Aluno da Escola*, em março de 2022. A Secretaria Nacional do Consumidor, subordinada ao ministério, justificou que a medida ocorreu “tendo em vista a necessária proteção à criança e ao adolescente consumerista”. O ministro Anderson Torres afirmou ter solicitado a setores do ministério que adotassem medidas contra o filme e compartilhou a decisão da suspensão em suas redes sociais. O filme acabou liberado nas plataformas após ter sido reclassificado para maiores de 18 anos.

Em janeiro de 2022, entrou em vigor portaria do ministério com a regulamentação do processo classificatório para programas exibidos em espetáculos públicos, televisão, rádio, cinema, jogos eletrônicos, aplicativos, jogos de interpretação e estratégia e serviços de *streaming*.

A norma prevê a inclusão de símbolos de autotransclassificação; análise prévia para filmes; e informações sobre a classificação em *trailers* em faixas etárias que variam da indicação livre à classificação para maiores de 18 anos. Conforme a pasta, a indicação é uma “iniciativa pedagógica e informativa para garantir às famílias o conhecimento antecipado para decidirem sobre os conteúdos adequados ao consumo de crianças e adolescentes sob sua responsabilidade”.

Com a entrada em vigor da portaria, as empresas passaram a ser obrigadas a informar se os conteúdos exibidos foram classificados previamente ou se passaram pela análise e a classificação etária do ministério. Segundo a pasta, qualquer pessoa física ou jurídica poderá verificar o cumprimento das normas e encaminhar denúncia ao Ministério da Justiça, aos Conselhos Tutelares, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário entre outros.

**[Clique aqui para assistir ao lançamento do Anuário da Justiça Brasil 2022](#)**

**Anuário da Justiça Brasil 2022**

ISSN: 2179981-4

Edição: 2022

Número de páginas: 288

Editora ConJur

Versão impressa: R\$ 40, exclusivamente na [Livraria ConJur](#) ([clique aqui](#))



Versão digital: acesse gratuitamente pelo site <http://anuario.conjur.com.br> e pelo app *Anuário da Justiça*

**Anunciaram nesta edição****Apoio**

FAAP – Fundação Armando Alvares Penteado

**Anunciantes**

Advocacia Fernanda Hernandez

Alexandre K. Jobim Advogados Associados

Antun Advogados Associados

Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia

Basilio Advogados

Bottini & Tamasauskas Advogados

CESA – Centro de Estudos das Sociedades de Advogados

Cléa Corrêa Advogados Associados

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Cury & Cury Sociedade de Advogados

Dannemann Siemsen Advogados

David Rechulski Advogados

Décio Freire Advogados

Dias de Souza Advogados

Duarte Garcia, Serra Netto e Terra Advogados

D'Urso & Borges Advogados Associados

Ernesto Tzirulnik Advocacia

Feldens Advogados

Fidalgo Advogados

Fontes Tarso Ribeiro Advogados

Fux Advogados

Gafisa

Gomes Coelho & Bordin Sociedade de Advogados

JBS S.A.

Kincaid | Mendes Vianna Advogados Associados

Machado Meyer Advogados

Marcus Vinicius Furtado Coêlho Advocacia

Mendes e Nagib Advogados

Milaré Advogados

Moraes Pitombo Advogados

Mudrovitsch Advogados

Nery Sociedade de Advogados

Original 123 Assessoria de Imprensa

Prevent Senior

Refit

Sergio Bermudes Advogados

SOB – Sacramone, Orleans e Bragança Advogados

Técio Lins e Silva, Ilídio Moura & Advogados Associados

Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados

Tojal Renault Advogados Associados

Walter Moura Advogados Associados

Warde Advogados

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-jul-15/ministerio-justica-completa-200-anos-focado-temas-seguranca/>